

## **Eixo Temático: CIDADANIA**

### **10. Outras questões relativas à cidadania no cotidiano do SUS**

#### **Relato de Experiência**

Empoderamento feminino: instrumento propulsor de cidadania.

Maria Celeste Landerdahl  
Laura Ferreira Cortes  
Letícia Becker Vieira  
Karine Jacques Hentges  
Mariana Resener de Moraes

#### **Palavras-chave: cidadania feminina, saúde da mulher, empoderamento feminino**

A Reforma Sanitária no Brasil preconiza um modelo assistencial que tenha abordagem prioritária de promoção da saúde dos brasileiros e é representada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), assegurado na Constituição Federal de 1988. Tal Sistema fundamenta-se na visão de saúde como resultante de condições de vida dos indivíduos, com enfoque na promoção da saúde e qualidade de vida em âmbito individual e coletivo. Com esta ótica, especialmente, na área da saúde feminina, conquistas e avanços impulsionam políticas públicas para as mulheres, como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que visam superar a visão biologicista de abordagem à mulher, considerando as questões de gênero e outros fatores como condicionantes da saúde (LANDERDAHL, 2007). Isto evidencia o reconhecimento das questões de gênero como elementos construídos socialmente, constituindo as relações entre homens e mulheres; e definindo modelos de feminilidade e masculinidade. Apreende-se então que, ser mulher não é apenas diferente de ser homem, como também implica em desigualdade de direitos, inferioridade e opressão. Nesta perspectiva, percebe-se que determinados problemas de saúde geram distintos perfis de adoecimento em homens e mulheres, o que justifica a incorporação da abordagem de gênero na atenção à saúde das mulheres em todas as etapas de sua vida. Tais premissas ressaltam a urgência em olhar a mulher para além de sua maternidade. Dessa forma, a mulher deve ser percebida e abordada em sua dimensão biológica, social, econômica, histórica, política e cultural, uma vez que é na interação desses aspectos que resulta o perfil de saúde e doença do ser humano (BRASIL, 2004). Inserida nesse contexto, a questão de gênero é entendida como a construção cultural do ser feminino e masculino, trazendo em

sua essência a marca do poder e favorecendo relações desiguais entre homens e mulheres; desequilíbrios esses presentes em leis e práticas sociais e políticas, as quais influenciam no acirramento das desigualdades existentes na sociedade e interferindo de forma relevante na vida e saúde das mulheres. Neste sentido, evidencia-se o papel do profissional de saúde como mediador de possíveis reflexões acerca da vida e condição feminina; também a importância deste profissional como educador na perspectiva de cidadania, proporcionando às mulheres, meios para que possam conhecer seus direitos, a fim de desvincularem-se de relações opressoras. Assim, acredita-se que sejam imprescindíveis atitudes e comportamentos dos profissionais de saúde que contribuam para reforçar o caráter da saúde como direito, provendo as mulheres de informações e conhecimento em relação ao seu corpo e suas condições de vida que lhe permitam fazer escolhas adequadas em cada momento de sua vida. Esse empoderamento, se realmente enfocado na perspectiva de gênero, certamente representa instrumento relevante para o exercício da autonomia das envolvidas. Segundo estudo realizado com profissionais de saúde de uma maternidade no ano de 2009 (CORTES, LANDERDAHL e VIEIRA, 2009), observa-se que existe uma compreensão de que para superar as relações desiguais entre homens e mulheres, são necessários subsídios a fim de que o segmento feminino conquiste sua autonomia e possa se libertar do sistema opressor masculino. Apontam a educação e a superação cultural como alternativas para a conquista de autonomia feminina, uma vez que oportunizariam trabalho e fontes geradoras de renda para as mulheres. Para tanto as profissionais de saúde salientam que as mulheres devem se instrumentalizar, a fim de adquirir conhecimento. Além disso, entendem que são necessárias condições para que possam desenvolver atividades que proporcionem meios para conquistar sua independência financeira. Percebe-se também, que existe um entendimento por parte das profissionais de que no momento em que as mulheres adquirirem condições de igualdade no mundo do trabalho elas ampliarão suas visões de mundo, libertar-se-ão da opressão e submissão impostas socialmente. Vislumbram essa busca feminina como uma possibilidade da mulher adquirir seu espaço e direito na sociedade, sendo que a luta por direitos iguais e de autonomia para as mulheres depende delas, da auto-estima e segurança femininas. No entanto, o profissional de saúde é apontado como responsável por orientá-las sobre seus direitos, estimulá-las à reflexão e propor alternativas de não aceitação à submissão. Nesta perspectiva enfoca-se o empoderamento feminino como instrumento de auto-estima, valorização e autonomia das mulheres, no ideário de que elas se percebam como sujeitos de sua história, apropriando-se do direito de construir seu espaço social e, que sejam capazes de atuar transformando a realidade na qual estão inseridas. O empoderamento faz com que as mulheres mudem o conceito que tem delas mesmas, apropriando-se do seu direito de existir na sociedade, sua valorização e afirmação. Ele dá o poder da mulher ser respeitada em sua integridade, afirmar-se e encontrar afirmação no mundo, intervir com paridade nas decisões do mundo, relacionar-se com os homens em condições iguais e protagonizar sua vida. Esse empoderamento beneficia não só a mulher, como também o homem e a sociedade em geral, construindo mecanismos de responsabilidade coletiva,

tomada de decisões, mais participação e acesso ao controle de políticas públicas que venham suprir suas necessidades (FERRARI, 2010). Empoderamento para Vasconcelos, 2004, significa o aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação. Para que a comunidade possa aumentar sua autonomia, ou seja, empoderar-se, necessita ser instrumentalizada. É nesta perspectiva, que o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres, Gênero e Políticas Públicas (NEMGeP), do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tem buscado se consolidar, por meio de estudos e ações cujo foco é, especialmente, a saúde das mulheres, numa perspectiva de integralidade. Para tanto, considera as questões de gênero e Políticas Públicas como referenciais fundamentais. Assim, o presente relato visa socializar o trabalho deste Núcleo na instrumentalização de mulheres como forma de possibilitar seu empoderamento, indo ao encontro das premissas da política atual. Nesta perspectiva, o NEMGeP desenvolve ações que visam intervir na realidade social, na busca por igualdade entre mulheres e homens, considerando que no contexto brasileiro de mudanças, representado pela Reforma Sanitária, o empoderamento dos indivíduos e coletividades é fundamental para que se efetive uma assistência de qualidade e com controle social. Dentre as atividades do NEMGeP, menciona-se o Programa de Extensão do Ministério da Educação, “Mulheres Conquistando Cidadania”, em fase de execução, o qual tem ofertado cursos profissionalizantes para mulheres na área da construção civil, mediante o eixo técnico e o eixo cidadania. O primeiro eixo desenvolvido pelo SENAI e o segundo por docentes e acadêmicos de graduação e pós-graduação agregados ao NEMGeP. O eixo cidadania, pautado no diálogo e na perspectiva problematizadora, está sendo implementado por meio de oficinas, dinâmicas de grupo e rodas de conversa, visando envolver as mulheres como sujeitos nas discussões. Outra atividade de extensão a ser citada refere-se a um evento realizado por ocasião do Dia Internacional da Mulher, tendo em vista ser uma data que demarca luta das mulheres pela conquista de direitos e espaço na sociedade. Dessa forma, foi organizada uma semana de atividades em uma Unidade Básica de Saúde da Região Sanitária Norte de Santa Maria, onde o Curso de Enfermagem da UFSM desenvolve um projeto de ensino, pesquisa e extensão desde 1993. O evento, intitulado “Mulheres em Cena”, teve como objetivo estimular reflexões e discussões sobre o papel das mulheres na sociedade e promover a real compreensão sobre o dia 08 de março como instrumento na busca da cidadania feminina, elemento fundamental para a qualidade de vida e saúde das mulheres (LANDERDAHL, 2010). Para tanto, o filme O Sorriso de Monalisa foi utilizado como instrumento pedagógico para discutir a temática proposta com a comunidade. Além disso, foram realizadas oficinas de embelezamento, cortes de cabelo e maquiagem para as mulheres, com intuito de estimular o cuidado de si/para si, e não para o outro. Na mesma perspectiva do empoderamento. Salienta-se ainda o Curso de Extensão à distância Gestão em Políticas Públicas de Gênero e Raça, o qual tem como objetivo preparar gestores, conselheiros de Conselhos de Direitos das Mulheres e militantes de movimentos sociais acerca da elaboração de políticas públicas na

vertente de gênero e raça. Percebe-se que intervenções como estas contribuam no empoderamento dessas mulheres, proporcionando meios para que estas possam sentirem-se sujeitos de suas vidas, buscando autonomia e relações mais equânimes. Acredita-se que a socialização deste trabalho possa cooperar com a sensibilização de profissionais acerca da importância de desenvolver intervenções sociais que possibilitem discussões e sejam propulsoras de empoderamento e cidadania, visando uma sociedade onde mulheres e homens possam desfrutar de condições e direitos iguais.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília; Editora do Ministério da Saúde, 2008.

CORTES, L.F; LANDERDAHL, M.C; VIEIRA, L.B. **Gênero e suas manifestações no cotidiano dos serviços: compreensão de profissionais de uma equipe de enfermagem de um hospital escola**. Relatório de Pesquisa. Universidade Federal de Santa Maria, 2009.

FERRARI, R. **O Empoderamento da Mulher**. Disponível em: [http://www.intercef.com.br/artigos\\_oempoderamentodamulher.htm](http://www.intercef.com.br/artigos_oempoderamentodamulher.htm). Acesso em: 10 de Junho de 2010.

LANDERDAHL, M. C. et al. **Conselho Local de Saúde: instrumento fundamental para efetivação do Sistema Único de Saúde**. Rev. Expressa extensão, ISSN 1414- Vol. 12, nº. 02, Dez 2007.

LANDERDAHL, M.C. **Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça**. Projeto de Extensão de Curso à Distância. Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

VASCONCELOS, E. M. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias**. Ed. Paulus, Rio de Janeiro, 2004.